CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3229.3101

O POPULAR 28/03

Estado pagará por ordem cronológica

GESTÃO Após TCE determinar que governo de Goiás regulamente os repasses públicos em até 90 dias, CGE diz que irá elaborar proposta

Bruna Aidar
bruna.aidar@opopular.com.br

Depois de o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) determinar prazo de 90 dias para que o governo estadual elabore projeto de lei ou decreto para regulamentar a ordem cronológica nos pagamentos de todo o Poder Público, a Controladoria-Geral do Estado (CGE) informou que vai elaborar proposta sobre o assunto.

Em reunião durante esta semana, a Junta de Programação Orçamentária e Financeira (Jupof), ligada à CGE, decidiu ainda que vai estender a regra da ordem cronológica aos pagamentos de "diferenças devidas aos servidores públicos". "O governo de Goiás recebeu o acórdão como importante contribuição para a gestão transparente das contas públicas. No governo de Goiás, a transparência é política pública prioritária", afirmou, em nota, a Junta.

Ao fazer a determinação, o conselheiro Celmar Rech, relator do acórdão, também estabeleceu que o Estado terá que repassar ao TCE o cronograma das adequações e que, após a regulamentação, o Estado comece a fiscalizar casos de descumprimento da norma. Ele lembrou que a ordem cronológica está prevista no artigo 5º da Lei de Licitações, que prevê ainda que alguns pagamentos, desde que sejam de interesse público, podem ser quitados fora da regra.

Além disso, Celmar pontuou que um levantamento do próprio tribunal mostrou que, da amostra de pagamentos avaliados, 81,8% dos registros que compuseram a avaliação desrespeitaram a ordem de prestação do serviço.

Ainda neste estudo, foi constatado que 48 das 85 unidades orçamentárias ignoraram a norma em mais de 50% dos pagamentos efetuados.

> *"É uma disfunção sistêmica e generalizada no Estado de Goiás, cujos reflexos ocasionam diversos problemas"*
>
> **Celmar Rech, conselheiro do TCE-GO**

Na visão do conselheiro, os números mostram que o problema é estrutural. "É uma disfunção sistêmica e generalizada no Estado de Goiás, agravada pela constada ausência da publicação das justificativas exigidas por lei, cujos reflexos ocasionam diversos problemas, dentre os quais se destaca o incremento dos custos de aquisição e contratação decorrente do cenário de insegurança quanto à perspectiva de recebimento por parte dos fornecedores", escreveu ele.

PREFEITURA

Se no âmbito estadual a gestão está obrigada a cumprir a ordem cronológica, na capital a questão está atualmente na Justiça. Isso porque, em outubro, o vereador Lucas Kitão (PSL) conseguiu aprovar um projeto de lei estabelecendo este método para a quitação dos débitos do Paço Municipal, mas a Prefeitura o questionou judicialmente.

A matéria passou na Câmara e, esgotado o prazo para que a Prefeitura pudesse se manifestar sobre a questão, foi promulgado pela própria Casa. Entretanto, após não ter se posicionado, a administração municipal publicou em janeiro um decreto para cancelar os efeitos da lei e entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a proposta. Na época, o Paço disse que a medida extrapolava a competência do Executivo. Em seguida, a lei foi suspensa por liminar.

Questionado, o secretário de Finanças Alessandro Melo disse que a lei está suspensa "por conter vício de iniciativa e por colocar em risco a operacionalidade da administração". "Na decisão, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO) reconhece que cabe ao Executivo, não ao legislativo, definir como se darão as normas relativas à inscrição de despesas para efeito de liquidação e pagamento; além de concluir que a lei editada poderia inviabilizar o funcionamento do sistema de pagamento do município e acarretar em prejuízos incalculáveis ao erário", pontuou.

Para Kitão, a questão formal é pontual e mostra que a Prefeitura não tem interesse em adotar o método. "Essa questão de não cumprir a ordem cronológica é falta de iniciativa do prefeito. Isso demonstra que a gestão não coloca como prioridade diminuir custos, dar transparência e trazer dinamismo. Só de ignorar essas determinações, já fica claro", opinou.

O HOJE 26/03



XADREZ

xadrez@ohoje.com.br
RUBENS **SALOMÃO**

Indícios

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) aponta que 48 das 85 unidades orçamentárias avaliadas no governo estadual pagaram mais de 50% de suas despesas em desacordo com a ordem cronológica.

Maguito aprova venda da Celg e de Cachoeira Dourada

Mesmo com críticas dos pré-candidatos da oposição, o ex-governador Maguito Vilela (MDB) defende os processos de privatização de sistemas de geração e distribuição de energia elétrica em Goiás – inclusive o da Celg-D. Como governador, Maguito executou a venda da usina de Cachoeira Dourada e, agora, avalia como positivo o processo que resultou na compra, há pouco mais de um ano, da Celg pela multinacional italiana Enel. "Eu fui obrigado e pressionado a vender Cachoeira Dourada pelo governo federal, mas o dinheiro foi todo aplicado em hospitais, escolas. Tem relatório do TCE sobre isso e, se eu tivesse errado, eu tinha ido pra cadeia. O governo que entrou foi num revanchismo danado", conta Maguito que defende: "o Estado tem que cuidar de Segurança Pública, Educação e Saúde. Não tem que ficar cuidando de empresas, o que a iniciativa privada faz muito bem". A privatização da Celg foi boa? "Considero acertada, mas não quero discutir se os números foram corretos ou se o dinheiro foi bem usado", avalia Vilela.



DIÁRIO DA MANHÃ 27/03



Fio Direto

SUELY ARANTES

Palestra no TCE

O jornalista especializado em marketing e cineasta Sergio Lerrer ministra palestra hoje, às 8h30, no auditório do TCE, como parte do Programa de Capacitação Continuada de Membros e Gestores do Tribunal, desenvolvido pelo Instituto Leopoldo de Bulhões. Lerrer vai falar sobre a necessidade de transformar os espaços de divulgação do poder público em oportunidades de comunicação contínua e efetiva com a sociedade.

JORNAL DAQUI 28/03

INAUGURADO O HOSPITAL DO SERVIDOR

PREVISTA PARA SER ENTREGUE EM 2016, UNIDADE DE SAÚDE IRÁ ATENDER USUÁRIOS DO IPASGO

Com custo total de R$ 70 milhões, o Hospital do Servidor Público Fernando Cunha Júnior foi entregue ontem pelo governo do Estado. A unidade de saúde está localizada no Parque Acalanto, em Goiânia, e vai oferecer atendimento exclusivo aos cerca de 600 mil usuários do Ipasgo, com a implantação gradual de serviços ao longo do ano.

A unidade abriu sua primeira etapa de funcionamento em solenidade com o governador Marconi Perillo (PSDB) e diversas autoridades estaduais.

O hospital está em construção desde dezembro de 2014 pela Oliveira Melo Construtora. R$ 57,3 milhões foram investidos até o momento, conforme dados do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO). Os recursos são provenientes do próprio instituto.

A previsão inicial era que as obras fossem entregues em 2016, prazo que depois foi prorrogado para 2017. Segundo a assessoria de imprensa do Ipasgo, os atrasos aconteceram devido às complexidades próprias da obra, que exigiram ajustes no projeto ao longo de sua execução.

A unidade já oferece atendimento médico ambulatorial há cerca de 20 dias, com consultas médicas eletivas pré-agendadas. Ao longo de 2018, o hospital inaugurará mais duas etapas de funcionamento, ainda sem datas.

Fábio Lima



Por enquanto, unidade oferece apenas atendimento ambulatorial

CRONOGRAMA

Na próxima etapa, estimada para meados de julho, serão ofertados atendimentos de procedimentos médicos e exames diagnósticos previamente agendados. Após a última, próximo ao fim do ano, serão realizadas internações clínicas e cirurgias em baixa, média e alta complexidades. A expectativa é que a unidade atenda mil pessoas por dia.

Entre os exames ofertados no hospital estão tomografia, raio X, ultrassom e laboratoriais. Geriatras, endocrinologistas, neurologistas, dermatologistas e clínicos gerais compõem o quadro de atendimento.

O hospital é um dos maiores do Estado, com 24 mil metros quadrados de área construída. A unidade do Ipasgo está estruturada em oito blocos, com 211 leitos, sendo 30 de Unidades de Terapia Intensiva (UTI), que serão disponibilizados somente na última etapa da construção.

DIÁRIO DA MANHÃ 28/03

Frederico Jayme Filho teve biografia lançada no Palácio das Esmeraldas

Governador Marconi diz que Frederico foi um deputado combativo, que lutou muito pela redemocratização do País, e também "um líder corajoso, obstinado"



O governador Marconi Perillo participou, na noite desta segunda-feira (26), no Palácio das Esmeraldas, do lançamento da biografia de Frederico Jayme Filho. A primeira-dama Valéria Perillo prestigiou a cerimônia. Escrito por Nilson Jaime, o livro *50 anos de Vida Pública* conta a trajetória política do goiano Frederico Jayme, nascido em Pirenópolis, nas últimas cinco décadas.

Frederico foi deputado estadual por três mandatos, presidente da Assembleia Legislativa, governador interino, além de presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE) e secretário de Segurança Pública.

"Frederico tem uma das mais belas trajetórias na vida pública de Goiás. Foi um deputado combativo, que lutou muito pela redemocratização do País, da Justiça; foi um grande defensor dos cidadãos; foi sempre um líder corajoso, obstinado, determinado e leal aos seus verdadeiros companheiros. Um deputado que sempre se dedicou de corpo e alma à sua gente e um presidente da Assembleia que marcou história", destacou o governador.

Frederico falou sobre o sentimento de alegria pela sua biografia. "É muito gratificante ver a minha história e a minha contribuição às políticas públicas goianas contadas em um livro. Sempre me pautei pela ética e pela responsabilidade, trabalhando para diminuir as desigualdades", afirmou.

Ele também falou sobre o desenvolvimento do Estado nos governos de Marconi Perillo e agradeceu ao "convite honroso do governador para participar de seu governo". "Marconi é responsável pelo desenvolvimento e crescimento do Estado, que saiu da condição de rural para moderno. A experiência de ter participado de seu governo dignificou e enalteceu a minha trajetória", declarou.

O livro perpassa setenta anos da história política de Goiás, contados através dos *50 anos de Vida Pública* de Frederico Jayme Filho. São 626 páginas, editado pela Editora Antigona, contemplando do governo de Coimbra Bueno (1947-1950), ao 4° Governo de Marconi Perillo (2014-2018).

Apoio – Secretária de educação, Cultura e Esporte, Raquel Teixeira destacou o apoio do governador Marconi Perillo à literatura e às artes em geral. "Sempre apoiou de forma integral. A Sala Gercina Borges, por exemplo, será transformada em breve, antes da desincompatibilização do governador, em Sala de Cultura", frisou.

Participaram da solenidade a senadora Lúcia Vânia; o ex-prefeito de Aparecida de Goiânia, Maguito Vilela; o secretário de Desenvolvimento, Francisco Pontes, e presidente do Tribunal de Contas do Município (TCM), Joaquim de Castro, entre outras autoridades, parentes e amigos do homenageado.

O POPULAR 28/03

Hospital do Servidor é entregue

IPASGO Prevista para ser inaugurada em 2016, nova unidade oferece, em uma primeira etapa, atendimento médico ambulatorial com consultas eletivas pré-agendadas para usuários do Instituto

Thiago Burigato
thiago.burigato@opopular.com.br



Expectativa é que hospital ofereça mil atendimentos mensais até junho, segundo assessoria do Ipasgo

Entregue na manhã de ontem, o Hospital do Servidor Público Fernando Cunha Júnior, no Setor Parque Acalanto, em Goiânia, vai oferecer atendimento exclusivo aos cerca de 600 mil usuários do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás (Ipasgo), com a implantação gradual de serviços ao longo do ano. A unidade abriu sua primeira etapa de funcionamento em solenidade com o governador Marconi Perillo (PSDB) e diversas autoridades estaduais.

O Hospital está em construção desde dezembro de 2014 pela Oliveira Melo Construtora, ao custo de R$ 70 milhões, dos quais R$ 57,3 milhões foram investidos até o momento, conforme dados do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO). Os recursos são provenientes do próprio instituto.

A previsão inicial era que as obras fossem entregues em 2016, prazo que depois foi prorrogado para 2017. Segundo a assessoria de imprensa do Ipasgo, os atrasos aconteceram devido às complexidades próprias da obra, que exigiram ajustes no projeto ao longo de sua execução.

A unidade já oferece atendimento médico ambulatorial há cerca de 20 dias, com consultas médicas eletivas pré-agendadas. Questionada, no entanto, a assessoria do Ipasgo não soube informar a quantidade de consultas que estariam sendo realizadas no hospital. Ao longo de 2018, o hospital inaugurará mais duas etapas de funcionamento, ainda sem datas definidas. Na próxima, estimada para meados de julho, serão ofertados atendimentos de procedimentos médicos e exames diagnósticos previamente agendados. Após a última, próximo ao fim do ano, serão realizadas internações clínicas e cirurgias em baixa, média e alta complexidades. A expectativa é que a unidade chegue a atender mil pessoas por dia.

Entre os exames ofertados no hospital estão tomografia, raio-x, ultrassom e laboratoriais. Geriatras, endocrinologistas, neurologistas, dermatologistas e clínicos gerais compõem o quadro de atendimento.

O hospital é um dos maiores do Estado, com 24 mil metros quadrados de área construída. A unidade do Ipasgo está estruturada em oito blocos, com 211 leitos, sendo 30 de Unidades de Terapia Intensiva (UTI), que serão disponibilizados na última etapa.

IMPACTO NA DEMANDA

O secretário Estadual de Saúde, Leonardo Vilela, reforçou que o Hospital do Servidor não é gerido pela pasta que ele comanda, mas atesta que o impacto de sua inauguração será positivo em todos os âmbitos. "À medida que ele aumenta o número de consultas da rede, ele reduz a demanda nas unidades municipais e até mesmo nas estaduais de saúde. Quando ele estiver em pleno funcionamento, com mais de 200 leitos de internação e 30 de UTI, ele vai ser fundamental para desafogar a demanda, atendendo os pacientes não só de Goiânia, mas de todo o Estado de Goiás", declarou.

Para o governador Marconi Perillo (PSDB), a inauguração trata-se da "concretização de um sonho". "É o cumprimento de um planejamento que nós fizemos ao longo dos últimos anos. Este hospital será a maior referência em termos de institutos de previdência do País", disse.

O presidente do Ipasgo, Romeu Sussumu Kuabara, falou sobre a implementação gradativa de serviços na unidade. "Estamos trabalhando com cautela para não ter problemas de segurança ou de qualidade de atendimento, por isso estamos inaugurando em etapas", afirmou.

Nesta primeira etapa, foram entregues o ambulatório e a ala administrativa, incluindo um auditório de 150 lugares, onde serão realizados cursos e treinamentos. Conforme Romeu, 17 médicos estão atendendo no ambulatório, que já está funcionando há cerca de três semanas.

GESTÃO POR OS

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), Bia de Lima, também se pronunciou durante a solenidade de inauguração do hospital. Ela agradeceu e parabenizou o governo pela construção, mas não deixou de suscitar uma polêmica. "Quero reiterar o pedido que nós não queremos que nosso hospital seja administrado por uma organização social (OS). Queremos que o Ipasgo seja de fato nosso e que nós possamos junto com a direção do Ipasgo discutir quais os caminhos para que esse hospital possa ser referência", afirmou.

Sobre isso, Romeu disse que apoia o regime de concessão para o Hospital do Servidor. "Isso não está totalmente definido, mas eu particularmente sou favorável ao modelo das OSs, que vem dando certo e que no Brasil inteiro está sendo copiado", pontuou. "Ainda vamos continuar a discussão, mas não pode demorar muito, porque o hospital já começou a andar."

Em seu pronunciamento, o governador Marconi Perillo preferiu não entrar na polêmica. "O que importa é que ele funcione, e funcione bem."

DIÁRIO DA MANHÃ 02/04

MUNICÍPIOS

MP, AGM e FGM buscam parcerias para aplicação do ICMS Ecológico

IMPRENSA MP-GO

O coordenador do Centro de Apoio Operacional (CAO) do Meio Ambiente do MP-GO, Delson Leone Júnior, promoveu uma reunião com representantes da Associação Goiana dos Municípios (AGM) e da Fundação Goiana de Municípios (FGM) para tratar da fiscalização da aplicação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico.

Com o aumento de 62% na quantidade de municípios contemplados pelo recurso, o Ministério Público de Goiás procura maneiras parar assegurar a correta aplicação do dinheiro, que deve ser direcionado exclusivamente a projetos relacionados ao meio ambiente. Tratou ainda sobre a gestão dos resíduos sólidos.

Além do promotor, compareceram à reunião, pela AGM, o presidente da entidade, Paulo Sérgio Rezende; o assessor jurídico, Sérgio Siqueira, e o coordenador de Articulação Política, Armando Leão. Por parte da FGM, participou o coordenador da Superintendência Institucional, Murilo Dias.

PAULO JOSÉ



Delson Leone, Haroldo Naves e Paulo Sérgio: aplicação do ICMS Ecológico nos municípios

De início, o promotor apresentou aos presentes uma relação dos recursos recebidos por cada município desde o início de 2017. Informou também que o Ministério Público já possui formulários preenchidos por gestores dos 158 municípios que atualmente recebem o ICMS Ecológico, avaliando os critérios para partilha do benefício. Assim, foi apontada a necessidade de avanço na área ambiental em todo o Estado, com uma urgência em debater a viabilização dos recursos recebidos e de se priorizar esse tema na administração dos municípios.

Durante toda a reunião, Delson Leone destacou que, em caso de irregularidades, poderá haver consequências judiciais, mas, inicialmente, a intenção é manter um diálogo com os prefeitos, evitando tais desdobramentos. Ponderou ainda sobre a independência funcional dos membros da instituição, evidenciando a particularidade de atuação em cada comarca. Os representantes da AGM e da FGM, por sua vez, concordaram com a conveniência do debate, e apontaram ainda a necessidade de mais esclarecimentos aos gestores.

Para isso, deliberou-se a realização de uma audiência pública com a presença de prefeitos, deputados estaduais e representantes do governo do Estado para discutir o tema, no sentido de se encontrar um consenso no direcionamento dos recursos e da gestão ambiental em Goiás. Deve-se ainda definir uma agenda e um plano de trabalho para regulamentar as ações dos gestores. Ainda sem data definida, a audiência será realizada na Assembleia Legislativa, e dependerá apenas da disponibilidade da instituição em receber o evento.